

Balances Bibliográficos

Instituições e gênero: uma revisão teórica do institucionalismo feminista para o Brasil

ID **Leonardo Aires de Castro**¹

<https://orcid.org/0000-0001-6278-6342>

DOI: [10.17666/bib9905/2023](https://doi.org/10.17666/bib9905/2023)

Submetido em: 06/09/2022

Ressubmetido em: 25/01/2023

Ressubmetido em: 30/05/2023

Aceito em: 20/08/2023

Introdução

Os neoinstitucionalismos ocupam uma grande parcela dos trabalhos em revistas científicas de Ciência Política no Brasil. Com programas de pós-graduação focados em pesquisar as instituições do país usando essas abordagens, e profissionais aperfeiçoando teorias e métodos em centros de estudos internacionais, especialmente nos Estados Unidos, é criado um ambiente propício para análises institucionalistas robustas da política brasileira. Neoinstitucionalismos da escolha racional, histórica e sociológica operam juntamente com outras correntes mais recentes na análise do cenário nacional.

No entanto, assim como observado no fim do século XX nas academias dos EUA, a análise de gênero tem presença limitada nesses estudos neoinstitucionais, geralmente sendo apenas mais uma variável independente para categorizar a tendência da sub-representação feminina em posições de poder institucional e o acesso restrito das mulheres a essas estruturas. É crucial desenvolver, dentro dessas abordagens teóricas, pesquisas que focalizem o gênero, e não apenas o tratem como uma mera lateralidade. Isso é relevante não só para fortalecer os estudos feministas sobre instituições, mas também para alterar a realidade observada.

Acker (1990) destaca cinco razões para a necessidade de uma teoria institucional feminista. Primeiro, a segregação de gênero no trabalho resulta de práticas organizacionais, criando obstáculos às mulheres com base em papéis de gênero societários. Segundo, a desigualdade salarial surge desses processos organizacionais, exigindo entendimento para combater a desigualdade de gênero. Terceiro, instituições são palcos onde imagens culturais de gênero são reforçadas, gerando

¹Professor no Centro Universitário Una - Catalão (GO), Brasil. E-mail: leoairescastro@gmail.com

benefícios ou custos. Quarto, a identidade masculina emerge desse processo organizacional, reforçada institucionalmente. Finalmente, a teoria organizacional de gênero é fundamental para apoiar um projeto democrático pró-direitos humanos. Em instituições predominantemente masculinas, o gênero se torna uma variável difícil de discernir.

Kenny e Mackay (2009) se perguntam se o Institucionalismo Feminista (IF) realmente é necessário, tendo em vista que outras subdisciplinas já lidam com questões como gênero e instituições. Elas argumentam que uma das principais preocupações dos neoinstitucionalismos é com o poder, ou com a maneira como ele age entre os atores políticos a fim de modificar as instituições. O prognóstico de que existem grupos que se beneficiam de estruturas institucionais criadas por eles é algo corrente na discussão dessas abordagens. Contudo, apenas com o advento dos estudos feministas e a adoção da lógica de gênero é que passamos a entender, também, que o masculino e feminino operam em uma estrutura desigual de distribuição de poder. A conclusão dessas autoras é que o Institucionalismo Feminista é promissor, pois lida com o entrelaçamento de abordagens na Ciência Política que nos leva a um entendimento mais amplo do objeto de estudo, além de focar em um problema persistente e presente, qual seja, a sub-representação de mulheres em todas as instâncias institucionais.

Em discussão similar, Mary Hawkesworth (2005) discorre sobre a ausência da institucionalização dos estudos feministas na própria Ciência Política estadunidense, apontando o apagamento e o desincentivo de pesquisas voltadas para esse tema nos Estados Unidos. O mesmo pode ser observado no Brasil: infelizmente, são pouquíssimos os núcleos de estudos sobre gênero na Ciência Política nacional, e menor ainda é a quantidade de revistas especializadas nesse tipo de abordagem. As consequências práticas dessa realidade são traduzidas em uma baixa compreensão dos obstáculos que as instituições brasileiras oferecem às mulheres, criando, assim, um sistema endêmico de sub-representação que se perpetua mesmo em situações de cotas. Com os estudos institucionalistas voltados para as pesquisas feministas, podemos traçar novas considerações sobre a funcionalidade de nossas instituições, diagnosticando os obstáculos e propondo novos modelos institucionais. Não é sobre revolucionar esses estudos, mas sim agregar ao debate nacional e garantir maior capilaridade dessa abordagem.

Este artigo busca preencher uma lacuna teórica no debate neoinstitucionalista do Brasil, construindo a discussão do Institucionalismo Feminista de maneira didática, estruturada, e abordando seus exemplos, para que, assim, mais pesquisadoras e pesquisadores possam ter acesso a essa abordagem teórica de maneira esquematizada, reconstruindo modelos de análise internacional ou confeccionando nacionais, com a perspectiva de que sejam empregados os estudos feministas dentro da lógica da investigação institucional. Sendo assim, o artigo tem como objetivo discutir o Institucionalismo Feminista, compreendendo o debate estadunidense frente as implicações de sua adoção como uma nova escola do neoinstitucionalismo, conceituando os principais termos dessa abordagem e fundamentando sua importância para a Ciência Política brasileira. Os textos internacionais selecionados para o debate fazem parte de dossiês especializados em Institucionalismo Feminista, ou destacamentos exclusivos publicados em revistas de alto fator de impacto, trabalhos retirados dos seguintes periódicos: *Gender and Society*, *Politics and Gender*, *International Feminist*

Journal of Politics, e outros. Foram escolhidos os artigos nacionais com maior permeabilidade na Ciência Política, seja por citação ou por revista especializada.

O trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira responsável pela retomada da origem do Institucionalismo Feminista e suas principais considerações teóricas, tais como o conceito de gênero, de instituições, e os usos das diferentes ferramentas das escolas neoinstitucionalistas para auxiliar a construção do IF. A segunda parte apresenta um compilado de trabalhos que utilizaram a abordagem para realizar testes empíricos e analisar as instituições frente a compreensão de gênero. Na parte final há um levantamento da pesquisa brasileira em Ciência Política, realizada nas principais revistas de Ciência Política nacional, a fim de ser observado o uso dos neoinstitucionalismos nas investigações, e se eles se sobrepõem aos estudos feministas e de gênero. Também nessa conclusão compreendemos os desafios e limites do uso dessa nova abordagem no cenário nacional, apontando a importância dessa estrutura teórica para ampliarmos os estudos institucionalistas no Brasil.

As raízes do institucionalismo feminista

As instituições políticas são predominantemente masculinas. Por anos, inclusive atualmente, é muito comum observar que cientistas políticos, outros pesquisadores, jornalistas e observadores do mundo político tendem a visualizar as instituições políticas como assexuadas, desprovidas de gênero, e, portanto, neutras. Essa suposta neutralidade pode passar despercebida para observadores menos atentos. Entretanto, para as pesquisadoras feministas das ciências sociais, essa situação sempre foi motivo suficiente para aplicar inúmeras abordagens na análise das origens e implicações desse intrincado sistema de poderes, que favorece uma parte exclusiva do processo institucional. A busca por compreender em quais aspectos uma instituição interfere nos resultados e no desempenho de seus atores, como ela se origina, se desenvolve e se reproduz, além de quais fatores sociais são replicados e conduzidos dentro de suas estruturas, embora seja um tema muito explorado pelos neoinstitucionalismos, não conseguiu manter-se relevante diante da necessidade premente de análise de gênero nas pesquisas nacionais.

Nesse contexto, a Ciência Política nacional tem muito a ganhar adicionando os estudos de gênero ao debate dos neoinstitucionalismos. É fundamental apontar que trabalhos importantes foram produzidos dentro da disciplina, objetivando o estudo das implicações do gênero em vários contextos, criando entendimentos, desenvolvendo teorias e testando hipóteses que buscavam compreender as relações entre o feminino e masculino no embate institucional e político brasileiro. O Institucionalismo Feminista nasce do interesse dos estudos feministas em discutir instituições sobre os pressupostos inaugurados pelas novas escolas que emergiram após a década de 1970, primordialmente nos Estados Unidos, em consonância com eventos importantes para as mulheres dentro do congresso estadunidense, como é o caso da discussão da *Equal Rights Emendament*¹.

¹ A Equal Rights Amendment (ERA), proposta inicialmente em 1923, é uma emenda à Constituição dos EUA visando garantir que "nenhum direito ou privilégio constitucional será negado por motivo de sexo". A intenção era assegurar igualdade de direitos e proteções a homens e mulheres. Apesar das repetidas introduções da ERA, ela nunca obteve as

Desse modo, observando as publicações sobre neoinstitucionalismos e estudos feministas no Brasil nas principais revistas nacionais da Ciência Política, é premente a necessidade de discutir “novas” correntes para antigas abordagens, a fim de remodelar as formas de analisar a política nacional, ingressar em novas construções teóricas e redesenhar modelos de pesquisa que tenham como objetivo reconfigurar essa lógica exclusivista masculina. Para isso, torna-se necessário um debate sobre como o Institucionalismo Feminista nasceu, quais são suas prerrogativas e principais conceitos, além da sua aplicabilidade na análise da realidade.

O que entender por gênero? E o que significam instituições gendradas (*gendered institutions*)? Ambas as perguntas são de extremo valor para darmos os primeiros passos na discussão do Institucionalismo Feminista e para uma orientação focada no gênero para análises institucionalistas. Tais questões não são pacíficas no debate internacional. Discorrer sobre gênero é mergulhar em um oceano de significados disputados, complementares e, em alguns aspectos, distintos entre si. Já o segundo conceito se torna especialmente importante para o mapeamento de definições institucionais na compreensão dos estudos feministas. É necessário, ainda, entender que esses questionamentos também conectam a orientação teórica dentro dos neoinstitucionalismos. Uma vez que o Institucionalismo Feminista se encontra em constante aperfeiçoamento teórico, valores e instrumentos das demais escolas são fundamentais para instruímos o entendimento de como analisar as instituições tendo o gênero como foco.

Gênero no institucionalismo feminista

Gênero pode ser lido, de modo simplificado, sob duas correntes teóricas, que visam categorizá-lo em: 1) uma palavra sinônimo de mulher, sendo o estudo de gênero, conforme preconiza Acker, o estudo das relações dos papéis sexuais e estudos sobre mulheres. Essa abordagem inicial foi amplamente revista, e rediscutida sob novos aspectos do debate feminista, tornando-se então; 2) o estudo teórico que coloca o gênero como a base das relações sociais, da estrutura social e da interpretação cultural. Assim, passa-se a compreender gênero como um processo que permeia todas as esferas da vida pública e privada (Acker, 1990). Desse modo, gênero opera tanto a nível de identificação pessoal, subjetiva e interpessoal, quanto como um fator institucional que cria estruturas sociais, pertencente a um reino de símbolos e significados, em que cada indivíduo se significa e é significado em um espectro que rompe com a mera dualidade “homem e mulher” (Mackay; Kenny; Chappell, 2010)

Para Joan Scott (1986), em seu trabalho seminal sobre o estudo de gênero na história, foi apenas a partir do fim do século XX que os pesquisadores das Ciências Sociais começaram a adequar suas pesquisas ao escopo dos estudos de gênero. A primeira aparição, segundo a autora, parece ter ocorrido entre as feministas estadunidenses, com o intuito de negar o caráter biológico do “sexo”

ratificações estaduais necessárias para se tornar uma emenda constitucional. Sua aprovação ganhou ímpeto nos anos 1960 e 1970, em meio ao movimento pelos direitos das mulheres. Em 1972, o Congresso dos EUA aprovou a ERA para ratificação estadual, mas não conseguiu atingir o quórum necessário até o prazo de 1982. Recentemente, um esforço renovado para ratificar a ERA surgiu, alegando que três estados adicionais a ratificaram após o prazo original e, portanto, ela deveria ser considerada ratificada. Contudo, essa questão permanece controversa. Para mais informações, consulte “Why we lost ERA?” (Mansbridge, 1986).

e desenvolver o entendimento de que se perfazia um processo delicado de relações sociais, pautado em uma hierarquia de funções e determinações que não estavam ligadas aos órgãos sexuais de nascença. Foi desenvolvida uma miríade de teorias para dar conta da nova agenda de pesquisas, que carecia de abordagens teóricas e métodos que possibilitassem estudos científicos sobre o assunto. Logo, a dicotomia entre feminino e masculino, sua complementariedade, sua dimensão classista e racial, sua ótica psicanalítica, e até mesmo a mera descrição da realidade social, foram conjugadas nos debates sobre o tema.

Como estrutura social, o gênero passa a compreender modelos-chave de compreensão da realidade, que anteriormente avaliavam apenas classe e raça como estruturas predominantes de leitura organizacional. Para além dessas estruturas, a análise de gênero se articula dentro e fora dessas categorias, e passa a orientar a lógica dos estudos. Gênero é, portanto, onipresente, visto que compreende toda forma de expressão de poder, de controle institucional e distribuição de funções. Ele é, notoriamente, apagado da narrativa predominante, na busca de criar um pressuposto de neutralidade institucional. Ainda, para Joan Scott (1986), gênero é um sutil símbolo de poder que penetra as relações estruturais de determinada instituição, existindo dentro das demais formas de dominância e demarcação.

Nancy Burns (2005) disciplina que gênero é, simultaneamente, mais aberto e invisível do que outras variáveis, tais como classe e raça. Segundo ela, é mais aberto porque o estadunidense médio não tem constrições quando discute os papéis de gênero na sociedade, uma vez que esses foram institucionalizados nas vidas públicas e privadas, e foram bem menos disputados do que, por exemplo, raça. Invisível porque, no mesmo diapasão do argumento anterior, as estruturas historicamente acumuladas de hierarquia entre os sexos reforçam um enfraquecimento dessa categoria de análise, observando um benefício excludente, em que um lado ganha notoriedade, até se tornar padrão (o masculino), e o outro se torna invisível, ou até mesmo desprezado, tornando-se o “desviante”. Gênero, na compreensão da autora, seria normas, valores e demandas que o feminino tem e adquire quando relacionado ao masculino.

Beckwith desenvolve uma divisão conceitual de gênero como categoria e processo. Muito além da dicotomia do que seria homem e mulher, a ciência política passaria a discutir o que exatamente compreendemos como “homem” e “mulher” e quais interações essas duas variáveis desempenham em um espectro (Beckwith, 2005). Como categoria, ela constrói um entendimento referente a um “mapeamento multidimensional de identidades, valores, convenções e práticas socialmente construídas, fluidas e politicamente relevantes” (Beckwith, 2005). Ao operacionalizar gênero como categoria, podemos delinear contextos específicos nos quais comportamentos, ações, atitudes e preferências femininas e masculinas, por exemplo, resultam em fins particulares. Exemplos dessa categorização se manifestam ao analisarmos como discursos feminilizados podem ser utilizados para amenizar recepções negativas em casos de mortes em guerras, ou mesmo analisar ausência de uma performance feminina em determinada instituição, a fim de conceituar a performance masculina (Beckwith, 2005).

Gênero como processo, segundo a autora, articula as estruturas dentro de uma aparente neutralidade que opera em fatores que facilitam ações e estruturas para um dos gêneros (masculino) e dificulta para os demais. Logo, ser homem ou mulher dentro de um contexto institucional gera consequências distintas,

tais como acesso a cargos eletivos, posições de liderança e poder no Executivo e Legislativo, ou determinadas recepções de suas propostas dentro do cenário político. A análise reside em como a diferença entre os gêneros garante um tratamento diferenciado, personalizado dentro de uma lógica orientada pelo gênero. Mesmo que essas estruturas possam ser subvertidas dentro de práticas informais, ou na adoção de procedimentos formais conquistados pelos grupos prejudicados, como cotas eleitorais e partidárias, acordos entre partidos políticos e lideranças, o cerne da desigualdade está no processo pelo qual a instituição faz o ator agir. (Beckwith, 2005).

Por consequência, uma miríade de autoras postula os grandes problemas que interagem dentro do Institucionalismo Feminista. A pergunta primordial é: “onde estão as mulheres?”, ou seja, olhando para as estruturas institucionais, devemos ser aptos a diagnosticar a ausência ou baixa presença delas e nos questionar quais são os obstáculos que impedem que aquela instituição seja acessível às mulheres da sociedade civil. Entretanto, mais do que apenas uma questão de presença, também devemos nos situar frente a outras categorias, tais como classe e raça e, assim, transformar o questionamento em: “quais mulheres estão ali?”. A interseccionalidade do pensamento feminista contemporâneo deve acompanhar a conjugação dos estudos feministas com as escolas neoinstitucionalistas (Beckwith, 2005). Entretanto, como realizar essa conjunção?

Contreras e Arellano (2022) formulam que a interseccionalidade é o estudo da maneira como as diferentes formas de opressão, como raça, gênero, orientação sexual, classe econômica etc., se sobrepõem e interagem para criar experiências únicas de discriminação e privilégio. Dentro das instituições, como escolas, empresas e governos, a interseccionalidade pode ser usada para entender como essas formas de opressão se manifestam, e perpetuam e como elas podem ser combatidas através da mudança das políticas e práticas. Dessa forma, o conceito em questão se torna uma ferramenta fundamental para a análise das incongruências de poder e acesso dentro das estruturas políticas. É fundamental fortalecer o uso da interseccionalidade dentro dos estudos neoinstitucionais, a fim de garantir uma observação mais ampla dos fatores que levam aos impedimentos diretos e indiretos dos exercícios da prática política por mulheres não-brancas da classe baixa.

Gênero, então, compõe uma esfera fundamental para compreensão institucional, que até muito recentemente fora ignorada pelos neoinstitucionalistas. Sob esses aspectos da pesquisa feminista sobre as instituições, Kenny e Mackay (2009) prelecionam que a incorporação da perspectiva de gênero no novo institucionalismo demanda, primariamente, o reconhecimento do gênero como um elemento central nas instituições. A evolução dos estudos feministas tem progressivamente deslocado a análise de gênero do indivíduo para uma escala institucional, concebendo as relações de gênero como estruturas sociais em si mesmas. Essas relações não são meramente uma característica das instituições, mas são integralmente “institucionalizadas”, estando embutidas nas específicas instituições políticas que, por sua vez, delimitam e influenciam as interações sociais. O trabalho teórico e empírico feminista sobre gênero e instituições indica que as relações de gênero são onipresentes, manifestando-se em diversos tipos de instituições e em seus variados níveis, desde o simbólico até o nível mais cotidiano das interações interpessoais, no qual o gênero é continuamente expressado e vivenciado. Desse modo, o entendimento de gênero deve ser ajustado para auxiliar na

elaboração de um projeto de pesquisa eficaz, que revele as peculiaridades dessa variável nos contextos organizacionais. Gênero torna-se uma categoria analítica crucial para os neoinstitucionalismos, pois ignorar a sub-representação feminina nos estudos compromete a compreensão integral da instituição e impede uma interpretação adequada.

Ferramentas de análise das instituições genereficadas

A segunda pergunta traz uma necessária avaliação do conceito, que permite a consolidação de formas de estudo. Assim, torna-se necessário discutir como as autoras que trabalham com essa questão a conceituaram. Acker (1990) indica que as instituições não são neutras, mas sim marcadas por estruturas que pertencem ao masculino, uma vez que foram os homens que as fundaram, ocuparam e reproduziram suas instâncias. Uma análise centrada no gênero investiga as instituições, operando para desvendar as desigualdades do processo, observando como mecanismos institucionais impactam diferentemente homens e mulheres.

Por muitos anos, o gênero enquanto processo foi subtraído da análise institucional, percorrendo um longo caminho até que os institucionalistas passassem a observá-lo em suas devidas dimensões. O neoinstitucionalismo, na tradição corrente, tem três escolas distintas (apesar de, atualmente, já serem operadas outras dimensões conforme essas orientações): escolha racional, histórica e sociológica ou organizacional. Essas escolas nos auxiliaram a compreender o valor dos agentes nas mudanças institucionais, como instituições articulam mudanças internas e externas, ou permanecem inalteradas por anos (Mackay; Kenny; Chappell, 2010).

Nessas três escolas existem maneiras diversas de se conceituar o que são instituições e quais são as prioridades a serem estudadas por cada abordagem. Cada qual entrega ferramentas, que se adequam aos problemas e se modelam às operacionalizações de seus pressupostos. Portanto, é necessário primeiro compreender todos esses aspectos para depois visualizar como cada abordagem ajudará a compor o Institucionalismo Feminista.

O neoinstitucionalismo da escolha racional busca compreender as relações na microesfera, ou seja, as trocas entre atores racionais, que buscam, conscientemente, maximizar seus ganhos, controlando ao máximo suas perdas. Dessa forma, instituições se fortalecem quando atores importantes conseguem reter mais benefícios (Weingast, 2003). A atenção nas maneiras como os indivíduos realizam suas ações, e como essas se conectam com as macroestruturas institucionais, são os principais objetos de pesquisa dessa escola. Em termos gerais, parte-se do pressuposto de que um ator institucional reúne informações do jogo político e, assim, toma suas decisões tendo como base a interação desse conhecimento com os seus próprios interesses, buscando a maximização dos ganhos e a resolução dos conflitos de maneira menos custosa (Tsebelis, 1998).

Segundo Driscoll e Krook (2009), há uma notável divisão entre os estudos feministas e o neoinstitucionalismo da escolha racional (NIER), sendo o segundo acusado pelas críticas de ser flagrantemente sexista do ponto de vista teórico, uma vez que nega o status de agente racional para mulheres e assume que o masculino seja padrão, norma, e que o feminino encorpore o desvio desta (Anderson, 2002). No ensaio de Elizabeth Anderson (2002), a autora questiona como uma escola do conhecimento visivelmente se utiliza de conceitos atribuídos a características masculinas, uma vez que racionalidade representa frieza, instrumentalidade, cálculo, egoísmo, convenções tipicamente adjudicadas ao

homem, em contraposição a emocional, familiar, expressividade e cuidadora, características conferidas às mulheres, submetendo essas a uma estrutura secundária, não adequada à arena política.

Nesse contexto, as discussões em torno dos estudos feministas abarcavam percepções claramente delineadas sobre a insuficiência da “racionalidade” na geração de conhecimento relativo à própria teoria. Isso se deve ao fato de que as categorias analíticas desses estudos se apresentavam com notória volatilidade temporal, impondo obstáculos à elaboração de análises científicas adequadas. A obra seminal de Sandra Harding (1993) nos oferece um caminho para a compreensão dos dilemas epistemológicos que a teoria feminista enfrenta quando emprega as categorias de análise tradicionalmente reservadas aos homens. O documento explora a fluidez das categorias analíticas dentro da teoria feminista, e como cada uma destas pode impactar a interpretação da ciência e do conhecimento. Harding argumenta que essas categorias, quando aplicadas no contexto da teoria feminista, são marcadas por instabilidade e susceptibilidade à mudança temporal, condições que podem culminar em uma apreensão científica insuficiente ou imprópria. É compreensível que a lógica teórica feminista componha essa dificuldade, visto as diferentes correntes de pensamento que a influenciaram, incluindo o marxismo, a psicanálise, o estruturalismo e outros. (Harding, 1993).

No mesmo sentido, Donna Haraway (1995), alinhada a esse argumento, desafia a noção de objetividade científica ao postular que ela é fundamentada em uma perspectiva limitada, que negligencia diversas outras formas de conhecimento e vivência. Haraway postula que a objetividade deve ser vista como uma característica particular e específica de corporificação, em vez de uma promessa de transcendência de todos os limites e responsabilidades. A autora sustenta que somente uma perspectiva limitada é capaz de prometer uma visão objetiva, sendo esta parcialidade, em determinados contextos, um privilégio, pois concede a certos indivíduos o acesso a tipos específicos de conhecimento e experiência, enquanto exclui outros. A autora argumenta que a objetividade é comumente ancorada em uma visão masculina, branca e ocidental, implicando uma marginalização ou desvalorização de outras formas de conhecimento e experiência. Ainda, advoga a necessidade de reconhecermos a limitação de nossa localização e a particularidade do conhecimento que daí advém, tornando-nos responsáveis pelo que aprendemos a perceber. Esse debate sobre a objetividade científica é de suma importância para o feminismo, visto que tal objetividade tem sido frequentemente utilizada como ferramenta de exclusão das perspectivas e vivências de mulheres e outros grupos marginalizados. Além disso, a autora enfatiza a importância do envolvimento feminista na crítica da ciência e da tecnologia, com o objetivo de compreender sua construção social e potencial uso para impulsionar transformações sociais positivas.

Assim, para Driscoll e Krook (2012), a conjunção entre estudos feministas e o NIER seria benéfica, pois focaria em cinco pilares: gênero, estratégia, instituições, poder e mudança. Sem sombra de dúvidas, gênero seria a contribuição e a questão central de um Institucionalismo da Escolha Racional Feminista, e as demais dimensões operariam como estruturas adjacentes de análise da realidade. Este artigo sugere que, embora o feminismo e a teoria da escolha racional tenham sido saudados como abordagens com potencial para revolucionar a Ciência Política, as pesquisas raramente sobrepõem ambas as perspectivas.

Contudo, os benefícios de uma aproximação entre essas duas abordagens são nítidos, mesmo que não haja explicitamente uma síntese. As autoras defendem que uma síntese entre feminismo e teoria da escolha racional implicaria em abordar questões de gênero, estratégia, instituições, poder e mudança. Os contornos e benefícios dessa abordagem são ilustrados com referência a uma área específica de pesquisa: a adoção de cotas de gênero eleitorais. Dessa forma, as potenciais áreas de sobreposição e engajamento entre feminismo e teoria da escolha racional na ciência política incluiriam tomada de decisão, negociação, desenvolvimento e representação política. Ao propor uma síntese entre o feminismo e a teoria da escolha racional, as pesquisadoras sugerem que tais perspectivas podem não apenas coexistir, mas também enriquecer mutuamente suas análises, ampliando a compreensão dos fenômenos políticos, especialmente no que diz respeito à representação de gênero.

O neoinstitucionalismo histórico debate os caminhos da instituição atrelados à sua história, ou seja, eventos são dispostos por meio de trajetórias inauguradas na origem da organização (Pierson, 2004). Dessa forma, os estudos que se filiam a essa abordagem buscam responder às “grandes questões” sobre instituições, como elas são criadas, como os atores que estão ali presentes são prejudicados ou beneficiados pelas estruturas internas e externas. Para essa escola, as instituições são portadoras da história e, dessa forma, estaria sempre em movimento, tomando rumos predeterminados por sua gênese, ou sendo recriadas no próprio fluxo temporal de suas sobrevivências (David, 1994). A partir do *path dependence*, ferramenta de análise histórica desse neoinstitucionalismo, os pesquisadores buscam compreender o contexto histórico sob o qual determinada organização foi originada, e passa, então, a estudar suas permanências e mudanças a partir desse caminho inaugural, que determinaria os rumos do projeto inicial (Ebbinghaus, 2005).

O *path dependence* compreende que, uma vez tomado determinado rumo, os custos de modificá-lo são altíssimos. Margaret Levi (1997) elabora uma curiosa metáfora para explicar o funcionamento dessa ferramenta, pontuando que essa forma de análise é como uma árvore, e que no mesmo tronco existem diversos galhos, e, mesmo que a pessoa que a esteja escalando decida mudar de ramo, existe a possibilidade de cair, do galho partir e afins, sendo mais seguro continuar subindo o tronco. A lógica é que, mesmo havendo mudança, ela está delimitada pelas raízes da árvore, pertencendo a uma estrutura previamente definida no seu nascimento.

As principais questões que o neoinstitucionalismo histórico se encarrega são quais as origens das instituições, como são criadas, reproduzidas e modificadas, e por que continuam ao longo do tempo, ou como entram em colapso (Thelen, 2003). Ainda que as questões de desigualdade de acesso e poder sejam debatidas nessa abordagem, uma vez que os atores que ocupam suas estruturas acessam de perspectivas distintas e respeitando a lógica originária, alguns agentes são impactados por desigualdades intrínsecas que reduzem seus poderes e alteram a lógica de pertencimento (Thelen, 1999) como no caso das mulheres, das pessoas não brancas e da classe trabalhadora, que são sub-representadas nas organizações.

Sendo assim, o neoinstitucionalismo histórico (NIH) tem potencial de abarcar os problemas institucionais em conjunção com gênero, uma vez que podemos traçar os problemas sobre desigualdade de acesso até as raízes das instituições (Waylen,

2009). Partindo do pressuposto histórico, contextualiza-se como, quando e em quais perspectivas materiais determinada organização foi compreendida e, adiante, é articulado o entendimento dos obstáculos em desfavor da mulher. Ao utilizar o *path dependence* como ferramenta de pesquisa, foram diagnosticadas as possibilidades de mudança e os pontos críticos, sob os quais políticas públicas, como cotas eleitorais ou parlamentares, encontrariam êxito, e se o arranjo institucional teria capacidade de abarcar tais mudanças. Podemos utilizar o NIH para avaliar quais variáveis institucionais compelem ou constroem as mudanças institucionais que beneficiariam as mulheres dentro das organizações. Também podemos averiguar como essas instituições repelem os atores que não se encaixem no design original delas.

Neoinstitucionalismo sociológico ou organizacional compreende uma leitura das instituições em conjunto com a cultura, sendo que uma modifica a outra concomitantemente e estrutura as formas de agir, reproduzir e modificar as instâncias pelos atores envolvidos (March; Olsen, 1996; Powell; Dimaggio, 1991). O neoinstitucionalismo sociológico, ou comumente referido como neoinstitucionalismo organizacional, sugere uma abordagem mista para compreensão das estruturas institucionais. Além das considerações individuais, observando os agentes e suas escolhas racionais que o neoinstitucionalismo da escolha racional nos apresenta, e dos apontamentos históricos que procura os caminhos da instituição proveniente do neoinstitucionalismo histórico, a abordagem organizacional explora uma formação social, simbólica e estrutural de como a instituição se constrói. Assim, instituição e ação individual fazem parte de uma mesma relação, ambos se constituindo. Enquanto a instituição reforça o indivíduo em suas crenças, o indivíduo reforça a instituição em suas estruturas e, ao se deparar com um problema, age dentro de um "raciocínio prático", utilizando e simultaneamente, confeccionando os modelos institucionais necessários (Dimaggio; Powell, 1983; Hall; Taylor, 2003; Meyer, 1999; Meyer; Rowan, 1977).

Essa abordagem teórica se vale do estudo da formação institucional por meio da cultura de determinada sociedade e seus intercâmbios. Sua premissa cultural, o olhar institucional sob o enfoque da cultura, reúne uma gama de pressupostos analíticos que fomentam uma discussão de formação social das próprias estruturas da instituição. Assim, conceitos como mito e cerimônia nos garantem uma abordagem que perpassa as discussões das outras escolas institucionalistas, mas que se fundamenta sob a ótica sociológica. Para Ciência Política, essa perspectiva auxilia a identificar outros fatores além dos comumente explicados por nós de mudança institucional, e até mesmo permanência, e para esse trabalho o mais importante, de falha na implementação de novos mecanismos de garantia de direitos. Muito mais do que utilizar as concepções de que a estrutura social importa, o institucionalismo sociológico aponta quais são essas estruturas, como, por exemplo, as relações de gênero de dada sociedade (Finnemore, 1996).

O estudo sobre o institucionalismo organizacional identifica no mito a construção de uma estrutura legitimada por meio de cerimônias, com o intuito de justificarem o seu uso, sua adoção e os custos do implemento. O mito, portanto, é uma compreensão subjetiva de determinado objeto, construído por valores que não necessariamente são verdadeiros, levando os atores (sejam eles quais forem) a identificarem nos preceitos fundantes deste uma determinada racionalidade, que incrementaria o estado da instituição. Por meio da cerimônia é que se consolidam os mitos, e estas são operadas dentro de rituais de autoafirmação,

como o uso de técnicos para aprovarem seus resultados, ou apoio de deputados sobre os impactos da política específica (Dimaggio; Powell, 1983).

Ainda dentro do Institucionalismo Sociológico, e já mencionado anteriormente, há duas ferramentas que auxiliam na compreensão das instituições pelas restrições sociais. Tanto o Isomorfismo, quanto a Dissociação são mecanismos de análise que servem para identificar nas políticas públicas, nas ações políticas e na construção (transformação ou modificação) das instituições, mudanças, continuidades e cópias de processos internos ou externos à realidade social do país, com a função de alterar ou preservar a estrutura. O processo de isomorfismo pode ocorrer, segundo DiMaggio e Power (1983), em três modelos, quais sejam: mimético, em que as organizações se copiam em busca de legitimidade (uma política pública é reproduzida em país diferente do que a desenvolveu, porque em seu país de origem ela conquistou sucesso); coercitivo, quando há uma obrigação, pressão e até mesmo ameaça para que se adote determinada prática (a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil²); e normativa, quando a legitimidade é construída de maneira exógena, por um grupo de profissionais que, detentores de aspectos legitimadores, criam modelos socialmente respeitados e bem quistos. Juntamente com o Isomorfismo, temos o conceito de desacoplamento (*decoupling*), ou dissociação, que busca explicar como as autoridades podem adotar políticas de igualdade que não produzam efeitos na prática, ou seja, que a relação entre política e implementação é fraca (Mackay; Monro; Waylen, 2009). Esses estudos objetivam analisar o porquê das fracas implementações, dos resultados distorcidos e de como essas organizações subsistem mesmo com implicações incompletas e, algumas vezes, inócuas (Dimaggio; Powell, 1983).

O IS se conjuga com os estudos feministas para permear essas análises sob a ótica de gênero, tornando o processo que opera entre ele a instituição o objeto de análise a ser perseguido. Desse modo, instituições seriam atravessadas pelo gênero em suas práticas, reproduções e mudanças, sendo a adoção dessa ferramenta analítica uma possibilidade de compreender os impactos diferentes que a instituição tem entre homens e mulheres (Mackay; Kenny; Chappell, 2010). Portanto, a partir da consolidação dos neoinstitucionalismos na Ciência Política, uma quantidade notável de autoras iniciou o questionamento frente a ausência do gênero nessas análises (Acker, 1990, 1992; Connell, 2002; Kenny, 2007), observando falhas nas teorias e a necessidade de uma virada feminista dentro do institucionalismo. Essas autoras elencam alguns questionamentos em que tal teoria possa ser útil:

Como as instituições e os processos institucionais são influenciados por gênero?
Por quais processos e mecanismos as instituições são (re)produzidas e, por sua vez,

² A Lei Maria da Penha foi criada no Brasil para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A lei foi nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica brasileira que sofreu duas tentativas de homicídio do marido, a primeira vez baleada, em 1983, deixando-a paraplégica, e depois uma tentativa de assassinato por choque elétrico. Após vários anos de luta pela justiça, o marido de Maria da Penha foi condenado por tentativa de homicídio em 2006. Contudo, tal condenação só ocorreu após dois tribunais do Júri, três representações contra o Brasil na OEA, rendendo ao país uma advertência internacional por leniência estatal em razão da ausência de normas que protegessem as mulheres de violência doméstica. A pressão internacional junto à organização de movimentos sociais operacionalizou a criação da lei no país (Piovesan; Pimentel, 2011).

refletem e reproduzem os sistemas sociais, incluindo as relações de gênero? Como as instituições restringem os atores e interesses? E qual é o potencial de gênero, e quais são os limites da inovação institucional, reforma e mudança na busca pela justiça de gênero? (Mackay; Monro; Waylen, 2009, p. 254)³.

Gênero, então, opera dentro das instituições conformando regras e hierarquizando relações, assim como promovendo a exclusão de atores e símbolos que não conformem a cultura dominante, está presente em todo processo institucional (Acker, 1992; Connell, 2002). Essa perspectiva corrobora com o objetivo desse trabalho, uma vez que nossa preocupação é justamente compreender os meandros institucionais que excluem, atrapalham ou inviabiliza a política feminina e o acesso de mulheres.

Dessa maneira, instituições gendradas (*gendered institutions*) é a concepção de que instituições são permeadas pelo gênero como processo, operando diferenças de ação, reprodução e modificação da estrutura a partir do gênero do ator analisado. Por exemplo, mulheres encontram obstáculos em todos os âmbitos da competição eleitoral, por constrições institucionais formais e informais, assim, a instituição age para afastar a mulher de cargos eletivos, visto que esses impeditivos foram criados por estruturas masculinas (Franceschet; Piscopo, 2008; Johnson, 2016).

As autoras (Mackay; Monro; Waylen, 2009) debatem a conexão entre o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Feminista, indicando que o uso relacional entre as abordagens garante uma análise sistemática, que pode identificar normas e fatores culturais simbólicos que provocam impacto na construção do gênero na instituição. Para além do racionalismo e do historicismo dos outros institucionalismo, essa associação mista consegue responder questões de como e por que as instituições criam obstáculos para o acesso de mulheres, para a expansão de seus direitos civis e sociais, assim como a compreensão de modelos culturais dentro do parlamento.

Kenny (2007) compreende que tanto a Ciência Política quanto os estudos feministas sofreram uma influência institucionalista que aproximaram as áreas para interesses em comum, podendo assim partilhar objetos, ferramentas e conceitos específicos para solver as problemáticas comuns. Por exemplo, nessa congregação de esforços podemos pontuar que os estudos sobre gênero perpassam uma ótica institucional de poder, da construção de uma estrutura orientada por um gênero específico, que constrange os demais.

O Institucionalismo Feminista, então, compreende uma alternativa para os estudos da Ciência Política, agregando valores do neoinstitucionalismos Históricos, da Escolha Racional e Sociológico para compreender como as estruturas institucionais, que se dizem neutras, escondem valores e símbolos masculinos e, portanto, imbuídos de um gênero e contrário a outros tantos. Dessa forma, o poder é um dos principais focos dessa abordagem híbrida, pois busca identificar quais os caminhos que operam em favor ou desfavor dessa consolidação institucional, assim como busca identificar os pontos fundamentais dessa construção.

Portanto, a união dos neoinstitucionalismos tradicionais e o Institucionalismo Feminista pode enriquecer os estudos de representatividade política feminina.

³ Tradução pelo autor.

Isso porque consideramos que o ato de representar é entrelaçado em uma trama cultural preestabelecida pela instituição e remodelada pelos atores decisórios. Normas culturais que excluem as mulheres também são mecanismos institucionais. Entender essa relação complexa entre indivíduo e Estado sem adotar uma posição puramente racional pode fornecer visões mais dinâmicas da marginalização das vozes femininas.

Como discutido, a representação política tem modelos suficientes para explicar a dinâmica de presença-ausência entre eleitos e eleitores. Podemos usar esses modelos para estudar como as trajetórias das mulheres influenciam suas perspectivas políticas e interação com o cenário institucional brasileiro. Se as instituições atuam como scripts predefinidos, e os atores obedecem e simultaneamente constroem os espaços ocupados, é preciso investigar como as mulheres alcançam posições decisórias e como operam dentro dos limites da esfera institucional.

O institucionalismo feminista em prática

O Institucionalismo Feminista já tem uma pequena tradição no cenário internacional, principalmente na Ciência Política estadunidense. A partir do crescimento e capilaridade dos estudos feministas nesse país, mais pesquisadoras se engajaram na compreensão das instituições pelas ferramentas dos neoinstitucionalismos. É a partir dessa mudança no contexto acadêmico que o gênero passa a se tornar o centro de algumas análises e conquista publicações em periódicos de relevância institucional. Para compreendermos quais são as instruções práticas dessa abordagem na pesquisa política, passamos a discorrer sobre alguns trabalhos que consideram o IF como abordagem central de análise.

São diversas as áreas em que o Institucionalismo Feminista opera, pois, contendo atributos de todas as demais escolas, essa corrente tem a capacidade de construir diferentes modelos de verificação da realidade na Ciência Política. Entre os temas mais recorrentes temos: o exame sobre implementação de políticas públicas (Franceschet, 2011; Minto; Mergaert, 2018; estudos sobre processo legislativo (Schwindt-Bayer; Squire, 2014); eleições (Jankowski; Marcinkiewicz; Gwiazda, 2019); diagnóstico de cotas de gênero (Franceschet; Piscopo, 2008; Jankowski; Marcinkiewicz, 2019; Johnson, 2016); mudança ou permanência institucional (Thomson, 2018); representação política (Campbell; Heath, 2017); partidos políticos e a análise da seleção de candidatos (Evans; Kenny, 2020), e tantos outros (Adams; Smrek, 2018). Abaixo, discorre-se acerca desses trabalhos para exibir as possibilidades dessa abordagem.

Franceschet (2011) discute em seu artigo o conceito de instituições generificadas e como essas estruturas influem nas decisões e implementações de políticas públicas. A partir da discussão sobre o Institucionalismo Feminista e seus conceitos, a autora lança mão de uma análise histórica para compreender o desenvolvimento e a afirmação da política de cotas na Argentina e no Chile. Ela, então, conecta representação substantiva e institucionalismo e procede sua investigação partir de três pilares: 1) as instituições formais e informais e como as regras são generificadas; 2) como ideias e normas conduzem e mobilizam as forças dentro do parlamento; e 3) uma perspectiva comparada de como os legados históricos impactam, diferentemente, os resultados de certas políticas em países distintos. Os resultados dessa pesquisa mostram que instituições informais têm um grande destaque em como os diferentes atores agem dentro

do design institucional. Enquanto o Chile se orienta por uma estrutura de consenso entre o parlamento e o executivo, gerando assim uma censura própria de ambos os lados, tendo em vista os custos de determinada política pública, o mesmo não ocorre na Argentina, onde o congresso tem maior liberdade para propor e arriscar propostas de leis mais ousadas. Contudo, ação não é o mesmo que sucesso. Enquanto a Argentina tem maior produção legislativa que remete a questões de gênero, o Chile tem maior sucesso em implementar mudanças legislativas, uma vez que a relação de consenso entre legislativo e executivo produz consistência na iniciativa.

Minto e Margaert (2018) analisam a incorporação da perspectiva de gênero e a avaliação de políticas públicas na Comissão Europeia, utilizando o Institucionalismo Feminista em conjunção com o Institucionalismo Histórico, investigando o processo de institucionalização dessas estruturas. Pergunta-se quais as diferenças entre essas, e, uma vez entendendo as diversidades, questiona por que haver distintos graus de institucionalização dos objetos comparados. A autora avalia cinco dimensões para identificar esse processo de institucionalização, que são: 1) adoção formal; 2) estruturas e procedimentos; 3) qualidade; 4) *accountability* e conformidade; e 5) estabilidade. A aplicação do conceito de *path dependence* permitiu identificar que a avaliação de políticas públicas, associadas a três momentos distintos da história da Comissão Europeia, demonstra que as práticas institucionais e as mudanças ocorridas beneficiaram essa estrutura. Adicionalmente, observou-se que a lógica tecnocrata adotada por essa instituição tende a afastar iniciativas percebidas como ideológicas, como a incorporação da perspectiva de gênero.

Schwindt-Bayer e Squire (2014) argumentam que o poder de uma legislatura, ou seja, sua capacidade de implementar suas políticas públicas sem demais custos e ingerências dos demais poderes, determina o nível de obstáculos que novatos, principalmente mulheres, enfrentarão para conquistar um assento nesses parlamentos, visto que as elites políticas, em contextos de alto poder legislativo, atuam para proteger essas vagas, tratando-as como capital político imprescindível. Instituições informais desempenham um importante papel na construção da sub-representação de minorias sociais em todo o mundo. As autoras procederam à classificação e análise de 149 legislaturas com base em seu poder de implementação e os efeitos correspondentes na representação política descritiva feminina. Notou-se que o nível de autoridade profissional – definido como a influência sobre decisões políticas – tem um impacto significativo na quantidade de mulheres que alcançam posições de poder em cada nação.

Jankowski, Marcinkiewicz e Gwiazda (2019), a partir do institucionalismo feminista, faz uma análise do impacto nacional e subnacional da eleição de mulheres no sucesso de eleições futuras. Ou seja, eleger mulheres implica fortalecer a eleição vindoura delas nessas instâncias. Para tanto, as autoras consideram o três efeitos potenciais desse processo: 1) incumbência, que, a partir de teorias de reeleição, compreende que, uma vez eleita, a parlamentar tem mais chances de acessar novamente a cadeira; 2) empoderamento, visto que, ao conquistarem uma vitória eleitoral, fortalecem outras mulheres e criam um ambiente mais favorável para elas nas eleições subsequentes; e 3) contágio, em que partidos políticos podem ajustar suas listas partidárias frente a um contexto eleitoral mais favorável para candidatas femininas, observado em outros partidos. A pesquisa foi realizada na Polônia, país que conta com um sistema eleitoral relativamente

similar ao brasileiro, com uma lista aberta proporcional. Utilizando o Design de Regressão Descontinuada como forma de análise, os resultados encontrados indicam forte evidência dos efeitos de incumbência, uma relativa força do contágio e pouquíssima significância para o empoderamento.

Johnson (2016) busca compreender os impactos das cotas de gênero nas eleições no Uruguai. O argumento central da autora, sob o enfoque do Institucionalismo Feminista, é que o design informal das instituições produz um acolhimento de homens na estrutura de seleção partidária para competição eleitoral, enquanto as mulheres são sumariamente afastadas desse processo. A partir de uma pesquisa qualitativa, observando discursos partidários e articulações locais de seleção de candidatos, os resultados observados indicam que apenas uma estrutura formal de cotas, que garante uma porcentagem mínima de mulheres nas listas partidárias, não é capaz de produzir efeito substancial na realidade política, uma vez que processos subjetivos que perpassam uma lógica informal, particularizada e profundamente enviesada em pressupostos masculinos, operam no sentido contrário, resguardando os interesses das elites políticas na conservação de candidaturas competitivas nas mãos de homens.

Jankowski e Marcinkiewicz (2019) analisam os efeitos das cotas de gênero na Polônia de 2011. Por ser um país com o sistema proporcional de lista aberta, a literatura especializada apontava que as cotas teriam baixo ou nenhum impacto na modificação da subrepresentatividade feminina, visto que esse sistema carece de uma garantia de que, uma vez nominadas, essas mulheres se tornem competitivas na disputa eleitoral. As autoras empregaram uma análise quantitativa e indicaram que, ao contrário do afirmado pela bibliografia corrente, as cotas tiveram um impacto positivo no número de mulheres em posições competitivas nas disputas e, principalmente, na quantidade de sucesso eleitoral dessas. Ainda, as autoras indicam que a posição ocupada pelas mulheres nas listas abertas é de extrema importância para a capacidade de ser votada e eleita. Outro achado fundamental é que partidos mais liberais tendem a colocar mais mulheres em posições promissoras nas listas eleitorais, favorecendo, assim, um espectro político com maior número de mulheres em suas fileiras representativas.

Franceschet e Piscopo (2008) averiguam se cotas eleitorais, após implementadas, geram um impacto positivo na representação substantiva de mulheres no legislativo. Ao observar o caso Argentino, de relativo sucesso do seu sistema de cotas na América Latina, as autoras dividem o conceito de representação substantiva em dois: como processo, ou seja, de produção legislativa em prol da mulher, e como resultado, de sucesso legislativo de determinado projeto. Os resultados dessa pesquisa mostram uma área cinzenta nas cotas argentinas, uma vez que elas criam mais oportunidades e aumentam numericamente a quantidade de mulheres e as questões femininas no congresso, contudo reproduz estereótipos de gênero negativos sobre capacidade feminina legislativa. Instituições, segundo as autoras, têm poder de obstruir e facilitar, simultaneamente, a representação substantiva feminina. No caso argentino, as cotas alteraram a lógica de ocupação nas fileiras do parlamento, entretanto não são capazes de modificar a estrutura de poder.

Thomson (2018) se pergunta como podemos explicar a resistência institucional para mudanças em prol das mulheres. Para a pesquisadora, os atores críticos são pequenos conjuntos de agentes que têm um papel decisivo na estrutura decisória. Dessa forma, mais importante do que a quantidade de atores

de determinado setor seria a posição de poder que eles ocupam para pautar suas políticas públicas sem constrações institucionais. A fim de responder seu questionamento, a autora investigou o processo legislativo sobre aborto na Irlanda do Norte, combinando o Institucionalismo Feminista e a lógica de atores críticos, indicando que, mesmo em cenários institucionais que contam com número suficiente de mulheres compondo suas fileiras, há a necessidade de que posições-chaves também sejam ocupadas por elas, uma vez que, em sua ausência, mudanças institucionais são impedidas, pela carência de representatividade dos grupos interessados.

Campbell e Heath (2017) se perguntam, no diapasão dessa temática, se mulheres votam em mulheres, observando o comportamento eleitoral nas eleições britânicas de 2010. As autoras argumentam que, quando gênero se torna uma questão saliente, o sexo do candidato tem efeitos estatísticos na escolha do eleitorado, visto que os partidos políticos agem para dar mais visibilidade para candidaturas femininas, colocando-as em posições competitivas. Todavia, esse impacto não é homogêneo no eleitorado, e outras variáveis institucionais explicam, por exemplo, que até mesmo homens com profundas tendências machistas, ao se depararem com uma mulher na disputa pelo seu partido, votam nas mesmas.

Evans e Kenny (2020) se perguntam se partidos políticos dominados por mulheres, tal como o Partido da Igualdade das Mulheres do Reino Unido (WEP), fazem política de modo distinto dos demais, dominados por homens. As autoras partem da perspectiva partidária da construção de estruturas formais e informais para compreender se existe diferença entre as formas de organização. Os achados indicam que há uma disposição e tentativa de criar novas instituições formais que incorporassem a perspectiva de gênero, mas elas funcionam ao lado de organizações antigas, orientadas por preceitos masculinos. Essa dicotomia opera porque as instituições inglesas incidem contra essa forma de organização partidária, mas a própria dinâmica interna do partido também não consegue impor uma lógica diversa da adotada pelos partidos tradicionais, uma vez que é necessário disputar com estes o contexto político, já bastante solidificado.

Adams e Smrek (2018) buscam explicar como instituições e contexto contam para explicar o porquê da dominância masculina na política. As autoras argumentam que, para podermos explicar a variação interna da representação política de homens e mulheres (em algumas localidades, homens têm uma super-representação marcante), é necessário abandonar análises estritas a feminilidade, ou pautadas apenas em mulheres, e passar a observar a construção das instituições informais e como elas consolidam valores masculinos na lógica de seleção de candidatos. Em suma, as instituições formais já apresentam obstáculos para as mulheres a nível material e social, contudo as organizações informais podem agir para aprofundar essas desigualdades, principalmente quando olhamos para a escolha de candidatos em partidos localizados em áreas rurais, ou na escolha de veteranos (majoritariamente homens) em detrimento de mulheres.

Temos, portanto, uma vasta diversidade de áreas de estudo em que podemos implementar o Institucionalismo Feminista, as expensas das demais escolas neoinstitucionalistas, uma vez que essa nova abordagem abriria novas concepções para o estudo das implicações do gênero nas instituições nacionais. Enquanto as tradições históricas, da escolha racional, sociológicas e discursivas, têm ferramentas fundamentais para o debate institucionalista, a ausência do gênero como

categoria e processo dificulta a expansão dos estudos feministas dentro dessas lógicas de análise. Portanto, é imprescindível que passemos a considerar o IF como abordagem válida para o contexto brasileiro.

Considerações finais

A partir de uma análise detalhada da literatura atual e das várias discussões aqui apresentadas, torna-se notória a lacuna do Institucionalismo Feminista na literatura brasileira, embora alguns de seus aspectos ecoem em trabalhos significativos no campo da Ciência Política. A estruturação mais assertiva dessa relação institucionalista poderia favorecer o crescimento dos estudos feministas, em um contexto no qual essa área enfrenta obstáculos consideráveis para se desenvolver.

Essa omissão evidencia uma lacuna na capacidade de perceber as instituições como mecanismos que perpetuam as disparidades baseadas na desigualdade de gênero, reforçando, assim, um discurso predominantemente masculino, em prejuízo do feminino e silenciando perspectivas críticas ao sistema atual. Dentre as consequências dessa carência, encontra-se o desafio dos estudos sobre masculinidades penetrarem as estruturas robustas dos neoinstitucionalismos, uma vez que os pesquisadores não adotam o raciocínio de fortalecimento de uma narrativa hegemônica do gênero masculino.

É perceptível, ao longo desta conclusão, que os estudos sobre instituições e gênero no Brasil têm adesão limitada, mas estão avançando em direção à consolidação de uma pauta de pesquisa institucionalmente estruturada dentro da Ciência Política. Isso é particularmente verdadeiro com o fortalecimento de Grupos de Estudos na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Acredita-se que a introdução do Institucionalismo Feminista abrirá novos caminhos teóricos e expandirá os limites do conhecimento nacional no que diz respeito a questões de gênero e instituições. Essa nova escola de neoinstitucionalismo, portanto, surge como uma ferramenta crucial para a prossecução de novas pautas de pesquisa, tanto nacionais quanto comparativas.

Este estudo compreendeu uma análise acerca da imprescindibilidade da aplicação do institucionalismo feminista na academia brasileira, como mecanismo para reforçar os estudos de gênero no panorama institucional do país. A ampliação dessa área de estudos e a sua solidificação no cenário teórico e metodológico é um passo importante para a efetiva mudança no sentido da expansão dos espaços políticos aos grupos minoritários.

Em primeira instância, o trabalho contribui com uma explanação da teoria do institucionalismo feminista. Este modelo teórico se dedica à interpretação das dinâmicas de poder que se estabelecem entre homens e mulheres em ambientes institucionais, políticos e sociais, elucidando essa que contribui para uma compreensão mais aprofundada da igualdade de gênero nesses contextos. Em sequência, o estudo enfatiza a pertinência de assimilar a perspectiva de gênero na avaliação das instituições políticas brasileiras. A justificativa para tal reside nas disparidades de gênero presentes em todas as instâncias da vida social, que ratificam a necessidade de inclusão dessa perspectiva para a elaboração de políticas mais justas.

No terceiro momento, a pesquisa delinea os obstáculos enfrentados por acadêmicos, na tentativa de integrar o institucionalismo feminista em suas análises. Dentre as dificuldades mais proeminentes, a carência de dados fragmentados por gênero e a resistência de alguns setores acadêmicos ao estudo de gênero se destacam, reforçando a importância da pesquisa na superação dessas barreiras. Em conclusão, o artigo propõe reflexões acerca das implicações potenciais do Institucionalismo Feminista para a estrutura política brasileira, abordando especialmente a demanda por reformas institucionais que estimulem a igualdade de gênero e a participação ativa das mulheres na política.

Referências

- ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. **Gender and Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.
- ACKER, J. From sex roles to gendered institutions. **Contemporary Sociology**, v. 21, n. 5, p. 565-569, set. 1992.
- ADAMS, M.; SMREK, M. Making institutions and context count: how useful is feminist institutionalism in explaining male dominance in politics? **Politics & Gender**, v. 14, n. 2, p. 271-276, jun. 2018.
- ANDERSON, E. Should feminists reject rational choice theory? *In*: ANTONY, L. M.; WITT, C. E. (ed.). **A mind of one's own: feminist essays on reason and objectivity**. 2. ed. [S. l.]: Routledge, 2002. p. 29.
- BECKWITH, K. A common language of gender? **Politics & Gender**, v. 1, n. 1, p. 128-137, mar. 2005.
- BURNS, N. Finding gender. **Politics & Gender**, v. 1, n. 1, p. 137-141, mar. 2005.
- CAMPBELL, R.; HEATH, O. Do women vote for women candidates? attitudes toward descriptive representation and voting behavior in the 2010 British election. **Politics & Gender**, v. 13, n. 2, p. 209-231, jun. 2017.
- CONNELL, R. **Gender**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002.
- CONTRERAS, G.; ARELLANO, M. I. Notes on the lives of intersectionality within institutions. **AG AboutGender** - International Journal of Gender Studies, v. 11, n. 22, p. 187-220, dez. 2022.
- DAVID, P. A. Why are institutions the 'carriers of history'? Path dependence and the evolution of conventions, organizations and institutions. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, n. 2, p. 205-220, dez. 1994.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, abr. 1983.
- DRISCOLL, A.; KROOK, M. L. Can there be a feminist rational choice institutionalism? **Politics & Gender**, v. 5, n. 2, p. 238-245, jun. 2009.
- DRISCOLL, A.; KROOK, M. L. Feminism and rational choice theory. **European Political Science Review**, v. 4, n. 2, p. 195-216, jul. 2012.

- EBBINGHAUS, B. **Can path dependence explain institutional change?** Two approaches applied to welfare state reform. [S. l.]: Econstor, 2005. (MPIfG Discussion Paper, n. 05/2).
- EVANS, E.; KENNY, M. Doing politics differently? Applying a feminist institutionalist lens to the U.K. women's equality party. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, p. 26-47, mar. 2020.
- FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. **International Organization**, v. 50, n. 2, p. 325-347, 1996.
- FRANCESCHET, S. Gendered Institutions and women's substantive representation: female legislators in Argentina and Chile. In: KROOK, M. L.; MACKAY, F. (ed.). **Gender, politics and institutions**. London: Palgrave Macmillan, 2011. p. 58-78.
- FRANCESCHET, S.; PISCOPO, J. M. Gender quotas and women's substantive representation: lessons from Argentina. **Politics & Gender**, v. 4, n. 3, p. 393-425, set. 2008.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-31, 1993.
- HAWKESWORTH, M. Engendering political science: an immodest proposal. **Politics & Gender**, v. 1, n. 1, p. 141-156, mar. 2005.
- JANKOWSKI, M.; MARCINKIEWICZ, K. Ineffective and counterproductive? The impact of gender quotas in open-list proportional representation systems. **Politics & Gender**, v. 15, n. 1, p. 1-33, mar. 2019.
- JANKOWSKI, M.; MARCINKIEWICZ, K.; GWIAZDA, A. The effect of electing women on future female candidate selection patterns: findings from a regression discontinuity design. **Politics & Gender**, v. 15, n. 2, p. 182-210, jun. 2019.
- JOHNSON, N. Keeping men in, shutting women out: gender biases in candidate selection processes in Uruguay. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 393-415, jul. 2016.
- KENNY, M. Gender, institutions and power: a critical review. **Politics**, v. 27, n. 2, p. 91-100, jun. 2007.
- KENNY, M.; MACKAY, F. Already doin' it for ourselves? skeptical notes on feminism and institutionalism. **Politics & Gender**, v. 5, n. 2, p. 271-280, jun. 2009.
- LEVI, M. **Consent, dissent, and patriotism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MACKAY, F.; KENNY, M.; CHAPPELL, L. New institutionalism through a gender lens: towards a feminist institutionalism? **International Political Science Review**, v. 31, n. 5, p. 573-588, nov. 2010.

- MACKAY, F.; MONRO, S.; WAYLEN, G. The feminist potential of sociological institutionalism. **Politics & Gender**, v. 5, n. 2, p. 253-262, jun. 2009.
- MANSBRIDGE, J. J. **Why we lost the ERA**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Institutional perspectives on political institutions. **Governance**, v. 9, n. 3, p. 247-264, jul. 1996.
- MEYER, J. W. The changing cultural content of the nation-state: a world society perspective. In: STEINMETZ, G. (ed). **State/culture: state-formation after the cultural turn**. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 123-143.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MINTO, R.; MERGAERT, L. Gender mainstreaming and evaluation in the EU: comparative perspectives from feminist institutionalism. **International Feminist Journal of Politics**, v. 20, n. 2, p. 204-220, abr. 2018.
- PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions, and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In: CAMPOS, C. H. (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 101-118.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- SCHWINDT-BAYER, L.; SQUIRE, P. Legislative power and women's representation. **Politics & Gender**, v. 10, n. 4, p. 622-658, dez. 2014.
- SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, jun. 1999.
- THELEN, K. **Institutions and social change: the evolution of vocational training in Germany**. Riverside: University of California, 2003.
- THOMSON, J. Resisting gendered change: feminist institutionalism and critical actors. **International Political Science Review**, v. 39, n. 2, p. 178-191, mar. 2018.
- TSEBELIS, G. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: Edusp, 1998.
- WAYLEN, G. What can historical institutionalism offer feminist institutionalists? **Politics & Gender**, v. 5, n. 2, p. 245-253, jun. 2009.
- WEINGAST, B. R. Rational choice institutionalism. In: KATZNELSON, I.; MILNER, H. V. (ed.). **Political science: the state of the discipline**. New York: W. W. Norton & Company, 2003. p. 660-692.

Resumo

Instituições e gênero: uma revisão teórica do institucionalismo feminista para o Brasil

O objetivo deste artigo é discutir o Institucionalismo Feminista sob a luz da Ciência Política internacional, argumentando que existe a necessidade de que essa abordagem teórica seja abordada com mais frequência nas pesquisas nacionais, para que seja possível solidificar os estudos de gênero no institucionalismo brasileiro. A Ciência Política brasileira é, em grande parte, tomada pela análise institucionalista. Isso ocorre devido à grande influência da tradição estadunidense em nossa formação, mais especificamente com a resposta neoinstitucionalista à virada behaviorista na década de 1960, e a adoção do Institucionalismo da Escolha Racional, do Institucionalismo Histórico e Sociológico como importantes instrumentos teóricos para desvendar as implicações que a redemocratização traria para o cenário nacional. Contudo, assim como ocorreu nos Estados Unidos no século passado, no Brasil também houve um apagamento do gênero como fator chave nas análises institucionais. A crença de que instituições são corpos assexuais, instruídas dentro de uma neutralidade sexual, incapacita uma visão mais aprofundada das desigualdades que as operam internamente. Para isso, diversos autores na tradição estadunidense são contrapostos aqui, para sejam construídas as bases teóricas do Institucionalismo Feminista e possibilitada uma nova era dos estudos institucionais.

Palavras-chave: *Gênero; Institucionalismo Feminista; Instituições.*

Abstract

Institutions and gender: a theoretical review of feminist institutionalism for Brazil

This study aims to discuss Feminist Institutionalism within the context of international Political Science and argue for the necessity to implement this theoretical approach more frequently in Brazilian research as this implementation would solidify gender studies within Brazilian institutionalism. Brazilian Political Science is largely occupied with institutionalist analysis due to the strong influence of the American tradition in the Brazilian education, more specifically the neo-institutionalist response to the behavioralist turn in the 1960s and the adoption of Rational Choice Institutionalism, Historical Institutionalism, and Sociological Institutionalism as important theoretical tools to unravel the implications that the return to democracy would bring to the national scenario. However, as was the case in the United States in the last century, gender has also been erased as a key factor in institutional analyses. The belief that institutions are asexual bodies instructed within sexual neutrality, renders a deeper view of the inequalities operating internally impossible. For this, this study juxtaposes various authors in the American tradition to construct the theoretical foundations of Feminist Institutionalism and enable a new era of institutional studies.

Keywords: *Gender; Feminist Institutionalism; Institutions.*

Résumé

Institutions et genre : un examen théorique de l'institutionnalisme féministe pour le Brésil

Cette étude traite de l'institutionnalisme féministe au sein de la science politique internationale et plaide en faveur d'une mise en œuvre plus fréquente de cette approche théorique dans la recherche brésilienne, car elle consoliderait les études sur le genre au sein de l'institutionnalisme brésilien. La science politique brésilienne est largement préoccupée par l'analyse institutionnaliste en raison de la forte influence de la tradition

américaine dans l'éducation brésilienne, en particulier la réponse néo-institutionnaliste au tournant comportementaliste des années 1960 et l'adoption de l'institutionnalisme du choix rationnel, de l'institutionnalisme historique et de l'institutionnalisme sociologique en tant qu'outils théoriques importants pour démêler les implications que le retour à la démocratie apporterait au scénario national. Cependant, comme ce fut le cas aux États-Unis au siècle dernier, le genre a également été effacé en tant que facteur clé de l'analyse institutionnelle. La croyance selon laquelle les institutions sont des corps asexués instruits dans la neutralité sexuelle rend impossible une vision plus profonde des inégalités opérant à l'intérieur. C'est pourquoi cette étude juxtapose plusieurs auteurs de la tradition américaine pour construire les fondements théoriques de l'institutionnalisme féministe et ouvrir une nouvelle ère d'études institutionnelles.

Mots-clés: *Genre ; Institutionnalisme féministe ; Institutions.*